TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - STIC

INTRODUÇÃO
O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda (DOD), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

PROCESSO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
SEI:	0004931-84.2025.6.05.8000
Unidade Gestora:	COSUP
Unidade Demandante:	SESAU
ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	
PCSTIC:	Item 11
PLANCONT:	Item 68
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL:	PROMOVER A MELHORIA CONTÍNUA DA GOVERNANÇA E DA GESTÃO DE TIC.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO A SER ATENDIDA)

A presente demanda visa atender à necessidade de modernização e digitalização da identificação profissional dos servidores e colaboradores deste órgão. Atualmente, a emissão de carteiras físicas de identidade profissional apresenta desafios como custos de impressão, risco de extravio e necessidade de reemissão periódica.

Dessa forma, torna-se essencial a adoção de uma solução tecnológica que permita a **migração das carteiras físicas para um formato digital**, proporcionando mais segurança, praticidade e eficiência na autenticação dos profissionais.

A solução proposta deve garantir **armazenamento seguro na nuvem**, acesso via **aplicativo móvel** e compatibilidade com os padrões exigidos para identificação profissional em ambiente público. Além disso, deve possibilitar a validação eletrônica das credenciais, reduzindo fraudes e otimizando os processos administrativos.

1.1. Requisitos de negócio e tecnológicos

- **Requisitos de Negócio:**
- A solução deve **substituir as carteiras físicas** de identidade profissional por um formato digital acessível via aplicativo móvel.
- Deve garantir a autenticidade e validade das credenciais.
- O sistema deve **garantir segurança e integridade dos dados**, minimizando riscos de falsificação ou uso indevido.
- Deve ser de **fácil utilização**, tanto para a administração responsável pela emissão quanto para os usuários finais.
- Necessidade de **redução de custos operacionais** com a emissão e gestão de documentos físicos.
- **Requisitos Tecnológicos:**
- A solução deve ser **baseada em nuvem**, garantindo **alta disponibilidade** e **escalabilidade**.
- Deve ser compatível com **dispositivos Android e iOS**, permitindo acesso via aplicativo móvel.
- Compatibilidade com **certificados digitais** e tecnologias de assinatura eletrônica.
- Deve possuir **APIs abertas** para integração com sistemas internos do órgão ou outras plataformas governamentais.
- Atendimento às diretrizes da **LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)**, garantindo confidencialidade e conformidade regulatória.
- Implementação de **mecanismos de auditoria e logs de acesso** para rastreamento de atividades e segurança dos dados.

1.2. Requisitos de segurança da informação e de privacidade

- **Segurança da Informação**
- A solução deve seguir os princípios da **Confidencialidade, Integridade e Disponibilidade (CID)** das informações.
- Implementação de **criptografia de ponta a ponta (E2EE)** para armazenamento e transmissão de dados sensíveis.
- Monitoramento contínuo e **geração de logs auditáveis** para rastreamento de atividades e prevenção de fraudes.
- Proteção contra ataques cibernéticos, incluindo **DDoS, phishing, injeção de SQL e vazamento de dados**.
- Aplicação de **controles de acesso baseados em função (RBAC - Role-Based Access Control)** para limitar permissões e acessos indevidos.
- Integração com **mecanismos de recuperação e backup automático**, garantindo a continuidade do serviço em caso de falhas.
- **Privacidade e Conformidade Legal**
- Atendimento às diretrizes da **LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018)** e da **Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei nº 12.527/2011)**.
- Coleta mínima de dados pessoais, seguindo o princípio da **necessidade e finalidade**.

- Transparência no processamento dos dados, permitindo que os usuários **consultem, corrijam ou excluam suas informações** quando necessário.
- Implementação de um **mecanismo de consentimento** explícito para a coleta e uso dos dados pessoais.
- Armazenamento de informações em **ambiente seguro e controlado**, garantindo que os dados não sejam acessados sem autorização.
- Realização de **testes de segurança periódicos**, incluindo **pentests e auditorias independentes** para avaliação contínua da proteção dos dados.

1.3. Requisitos de sustentabilidade e/ou de acessibilidade, e descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Sustentabilidade

- **Redução do uso de papel e plástico**: A digitalização das carteiras de identidade elimina a necessidade de emissão de documentos físicos, reduzindo o consumo de papel, tinta e plásticos.
- **Infraestrutura em Nuvem**: A solução utiliza servidores em nuvem com alta eficiência energética, reduzindo o impacto ambiental em comparação com data centers locais.
- **Eficiência energética**: O software deve ser otimizado para minimizar o consumo de bateria e processamento dos dispositivos móveis, contribuindo para a economia de energia.
- **Descarte responsável de equipamentos**: Caso haja necessidade de dispositivos físicos, deve-se seguir normas adequadas para reciclagem e descarte sustentável.

Acessibilidade

- **Compatibilidade com tecnologias assistivas**, como leitores de tela (NVDA, JAWS, VoiceOver e TalkBack) para usuários com deficiência visual.
- **Interface responsiva e intuitiva**, garantindo acessibilidade em diferentes tamanhos de tela e dispositivos móveis.
- **Suporte a comandos de voz** para navegação facilitada por pessoas com dificuldades motoras.
- **Contraste adequado e redimensionamento de texto**, atendendo às diretrizes do WCAG (Web Content Accessibility Guidelines).
- **Linguagem simples e objetiva**, evitando termos técnicos complexos para garantir a compreensão por todos os usuários.

Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

- **Consumo energético dos servidores**: Utilização de data centers com certificação ambiental e fontes de energia renovável.
- **Geração de resíduos eletrônicos**: Adoção de políticas de descarte sustentável e incentivo à reciclagem de dispositivos antigos.
- **Pegada de carbono digital**: Monitoramento da emissão de CO_2 gerada pelo uso da solução e adoção de medidas compensatórias, como apoio a projetos de reflorestamento.

2. OUTROS REQUISITOS
2.1. No caso de aquisição de bens, há previsão de algum serviço acessório?
Não se aplica.
2.2. No caso de aquisição de bens, será necessário indicar marca e/ou modelo para algum item?
Não se justifica a indicação de marca/modelo para a solução em questão.
2.3. Informar a necessidade de garantia para cada item da solução, se for o caso.
Será exigida garantia decorrente da necessidade de suporte técnico diferenciado a ser prestado pela contratada mediante a celebração de instrumento contratual.
2.4. No caso de aquisição de bens, será exigida apresentação de prova ou de amostra?
Não se palica.
2.5. Será exigida a apresentação de laudo ou certificação?
Não se aplica.

3. DEMAIS REQUISITOS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO DE TIC
Não se aplica.

4. ESTIMATIVA DA DEMANDA – QUANTIDADE DE BENS E SERVIÇOS (PARA CADA ITEM DA SOLUÇÃO)
1.000 carteiras emitidas.

5. ANÁLISE DA DIVISIBILIDADE DA SOLUÇÃO
Trata-se de solução cuja natureza inviabiliza o parcelamento, devendo a adjudicação ocorrer por Item.

6. MÉTRICA UTILIZADA PARA FINS DE PAGAMENTO EM CASO DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS
Não se aplica.

6.1. No caso de contratação por postos de trabalho:

Não se aplica.

6.2. Há necessidade de previsão de acréscimo temporário de postos ou de prestação de serviços extraordinários em ano eleitoral ou em períodos específicos? Se houver, informar o quantitativo de postos adicionais e de horax extras por posto de trabalho e o período, com a devida justificativa e os cálculos que demonstrem a relação demanda-quantidade:

Não se aplica.

6.3. Será utilizado Instrumento de Medição de Resultado – IMR, como método de avaliação da qualidade da solução?

- **Indicadores de disponibilidade**: Percentual de tempo em que a solução está acessível e funcional.
- **Indicadores de desempenho**: Tempo médio de resposta da aplicação e eficiência da infraestrutura em nuvem.
- **Indicadores de segurança**: Conformidade com padrões de proteção de dados e testes de vulnerabilidades.
- **Indicadores de usabilidade**: Feedback dos usuários sobre a facilidade de uso e acessibilidade.
- **Indicadores de suporte técnico**: Tempo de resposta e resolução de chamados.

7. VIGÊNCIA DO CONTRATO

Contrato de 12 meses.

8. HÁ NECESSIDADE DE PREVISÃO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO (FINANCEIRA), COM O FIM DE ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS PELA CONTRATADA E MINIMIZAR OS RISCOS ADVINDOS DE EVENTUAL INEXECUÇÃO CONTRATUAL?

Não se justifica a exigência de garantia de execução do contrato, haja vista o curto prazo de vigência e/ou o quantitativo reduzido de postos previstos.

9 – HABILITAÇÃO
9.1. Comprovação de habilitação jurídica para execução da solução
Não há exigência de comprovação de habilitação jurídica específica aplicável à solução/ramo de negócio em questão.
9.2. Comprovação de capacidade técnico-operacional (da contratada) para a execução da solução
Não se aplica.
9.3. Há necessidade de vistoria ou visita técnica prévias?
Não se aplica.

10. ANÁLISE QUANTO À POSSIBILIDADE DE CONTRAÇÃO COMPARTILHADA
10.1. FOI IDENTIFICADA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE PERMITE ADESÃO ("CARONA"), CUJA SOLUÇÃO ATENDE ÀS NECESSIDADES DESTE TRIBUNAL?
Não foi identificada Ata de Registro de Preços, cuja solução atende às necessidades da Administração evidenciadas no presente estudo, que permita adesão.
10.2. FOI IDENTIFICADA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS EM ANDAMENTO, DIVULGADA PARA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO, COM VISTAS À CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO QUE ATENDE À DEMANDA OBJETO DO PRESENTE ETP?
Não foi identificada Intenção de Registro de Preços em andamento, cuja solução atenda as necessidades da Administração evidenciadas no presente estudo.
10.3. A CONTRATAÇÃO SERÁ REALIZADA PELO PRÓPRIO TRIBUNAL POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS?
Não se aplica.

11. ANÁLISE DE SOLUÇÕES POSSÍVEIS – LEVANTAMENTO DE MERCADO	
11.1. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES (OU CENÁRIOS)	
1	**Solução Interna – Desenvolvimento de Sistema Próprio** • **Descrição:** Desenvolvimento de uma solução interna pela equipe de Tecnologia da Informação do Tribunal para atender aos requisitos de segurança.

	• **Vantagens:**
	  ○ Personalização total para atender às demandas específicas do Tribunal.
	  ○ Maior controle sobre os dados e segurança da informação.
	  ○ Redução de custos com licenciamento de software externo a longo prazo.
	• **Desvantagens:**
	  ○ Alto custo e tempo de desenvolvimento.
	  ○ Dependência da capacidade técnica e disponibilidade da equipe interna.
	  ○ Necessidade de suporte e manutenção contínuos.

2	**Contratação de serviços de Identidade Digital do Servidor - PROID.** **Descrição:** Implementação da solução **ProID**, desenvolvida pelo Serpro, para emissão digital de identidades funcionais, integrando-se aos sistemas governamentais existentes. **Vantagens:** • Solução já testada e utilizada por órgãos públicos. • Menor custo em comparação ao desenvolvimento próprio ou soluções privadas. • Maior segurança e conformidade com normas governamentais. • Suporte técnico especializado oferecido pelo Serpro. • Disponibilidade imediata com integração facilitada.

12. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

Critério	ProID (Serpro)	Desenvolvimento Interno
Segurança da Informação	Alta (criptografia, QR Code seguro, autenticação forte)	Alta (desde que bem implementado)
Conformidade com LGPD	Sim, 100% aderente	Exige controle total pela entidade
Custo Total	Reduzido (solução pronta e otimizada para órgãos públicos)	Muito alto (envolve desenvolvimento, equipe e manutenção contínua)

Facilidade de Uso	Alta (aplicativo intuitivo e pronto para uso)	Baixa (desenvolvimento pode exigir ajustes constantes)
Integração com Sistemas Públicos	Sim (APIs para órgãos públicos e conselhos)	Exige desenvolvimento sob medida
Suporte e Sustentabilidade	Suporte contínuo pelo Serpro	Requer equipe interna dedicada
Tempo de Implantação	Rápido (solução pronta para uso)	Longo (desenvolvimento do zero)

Requisito	Solução	Sim	Não	Não se aplica
A Solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública?	Solução 2	X		
A Solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro? (quando se tratar de software)	Solução 2		X	
A Solução é composta por software livre ou software público? (quando se tratar de software)	Solução 2		x	
A Solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de governo ePing, eMag, ePWG?	Solução 2	x		x
A Solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)	Solução 2			x
Solução é aderente às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais do e-ARQ Brasil? (quando o objetivo da solução abranger documentos arquivísticos)				x

13. REGISTRO DE SOLUÇÕES CONSIDERADAS INVIÁVEIS

Não se aplica.

14. ANÁLISE COMPARATIVA DE CUSTOS (TCO)

14.1. Cálculos dos custos totais de propriedade

Solução Viável 2

Custo Total de Propriedade - Memória de Cálculo

Itens de Faturamento	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário	Valor Total
PROID Faixa 01 - de 1 até 1000	Carteira Emitida / Reemitida	1000	R$ 10,33	R$ 10.330,00

15. MAPA COMPARATIVO DOS CÁLCULOS TOTAIS DE PROPRIEDADE (TCO)

Descrição da solução	Ano 1	Ano 2	Ano N	Total
Não se aplica				

16. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC A SER CONTRATADA E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

Após a análise das possíveis soluções disponíveis no mercado e no âmbito do Governo, verificou-se que **não existem alternativas internas viáveis** nem **módulos governamentais** que atendam integralmente às necessidades deste Tribunal.

Destaca-se que a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) realizou um estudo para o desenvolvimento de um sistema próprio. No entanto, sua implementação não foi viabilizada devido à complexidade técnica e à especificidade dos requisitos de segurança e tecnologia exigidos.

Diante desse cenário, a **escolha pela solução ProID, fornecida pelo Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO**, mostra-se a **alternativa mais adequada**, com base nos seguintes fundamentos:

1. **Solução Nacional e Oficial** – Desenvolvido pelo SERPRO, empresa pública federal de referência em tecnologia da informação para a Administração Pública, o ProID **garante confiabilidade, segurança e suporte especializado**.
2. **Conformidade Legal** – O ProID atende integralmente à **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**, bem como às normas regulatórias vigentes que disciplinam a **identificação digital** no Brasil.
3. **Redução de Custos e Sustentabilidade** – A adoção da **identidade digital** contribui para a **eliminação de custos com papel, impressão, transporte e reemissão de documentos físicos**, além de se apresentar como **solução ambientalmente sustentável**.
4. **Segurança e Tecnologia de Ponta** – A plataforma ProID utiliza **QR Code criptografado**, **autenticação multifator** e **infraestrutura robusta**, assegurando a **autenticidade e integridade dos documentos digitais**

emitidos.

5. **Integração e Interoperabilidade** – O sistema possui **APIs padronizadas** que possibilitam a integração com sistemas de gestão de conselhos profissionais e outros órgãos emissores, **facilitando a administração e o controle de cadastros**.
6. **Facilidade de Implementação** – Trata-se de uma **solução pronta, testada e homologada**, o que **reduz significativamente o tempo de implantação**, bem como os **riscos inerentes ao desenvolvimento de uma solução própria**.
7. **Alta Disponibilidade e Suporte Técnico Especializado** – O SERPRO oferece **infraestrutura confiável**, com **suporte técnico permanente**, garantindo a **operacionalidade contínua e segura do sistema**.

17. ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO

O custo total estimatido com a presente contratação é de R$ 10.330,00

18. SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

Não será admitida a subcontratação do objeto, o qual deverá ser executado única e exclusivamente pelo contratado.

19. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Para esta análise deverão ser respondidos os seguintes questionamentos:
a) Trata-se de licitação complexa ou de elevado vulto a dificultar a participação de empresas individualmente, sobretudo as de pequeno porte?
( ) Sim
(X) Não
b) Qualquer empresa, mesmo as de pequeno e médio porte, pode fornecer/executar o objeto?
( ) Sim
(X) Não
c) É comum no mercado a existência de empresas com capacidade técnica e financeira para, isoladamente, executarem o objeto?
( ) Sim
(X) Não
Conclusão:
( ) Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio na licitação.
( ) Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio na licitação.
(X) Não se aplica, pois se trata de contratação direta.

20. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
Toda a informação presente neste documento é classificada como pública, nos termos da Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

21. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO
Concluído o presente estudo, uma vez demonstrados os benefícios a serem alcançandos com a solução escolhida, entende a Equipe de Planejamento que a contratação é viável e necessária, além de possível, técnica e economicamente.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP) DA CONTRATAÇÃO
ANEXO I – GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES DA CONTRATAÇÃO

UNIDADE DEMANDANTE (GESTORA DOS RISCOS DA CONTRATAÇÃO):	SESAU

1- CONTEXTO

Qual o bem/serviço que se pretende contratar?	Contratação de uma solução tecnológica que permita a migração das carteiras físicas para um formato digital, proporcionando mais segurança, praticidade e eficiência na autenticação dos profissionais.

2 - IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS DE RISCO*

** **Evento de risco é QUALQUER SITUAÇÃO que, se ocorrer, poderá prejudicar o alcance do objetivo** da contratação.De outra forma, **TODO EVENTO que puder prejudicar o ÊXITO na contratação** (bem/serviço contratado na data certa, feito com o trâmite processual mais adequado e com o melhor custo-benefício) é um evento de risco.*

2.1 IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS RISCO COMUNS*

** Eventos de Risco levantados e sugeridos pela COGELIC (lista exemplificativa). Ver Guia/Aba desta planilha: "EXEMPLOS DE RISCOS COMUNS".*

CONTROLES PREVENTIVOS	*CAUSAS*	*EVENTO DE RISCO*	*CONSEQUÊNCIAS*	*CONTROLES CORRETIVOS*
Correta identificação da necessidade (demanda da Administração) Realização de estudo técnico preliminar consistente Utilização dos modelos de ETP Correta delimitação no ETP da qualificação necessária à execução do objeto, em face da legislação vigente e da	Deficiências na análise da necessidade (demanda da Administração) Deficiência na pesquisa da legislação atinente ao objeto Deficiência na fixação de requisitos de qualificação Deficiência na pesquisa de mercado realizada durante o estudo e na identificação das soluções disponíveis	Contratação de fornecedor sem a qualificação necessária	Inexecução contratual Rescisão do contrato Reiteradas apurações de responsabilidade contratual Apontamentos pelos controles interno e externo	Contratação de remanescente Celebração de contrato emergencial

CONTROLES PREVENTIVOS	*CAUSAS*	*EVENTO DE RISCO*	*CONSEQUÊNCIAS*	*CONTROLES CORRETIVOS*

CONTROLES PREVENTIVOS	*CAUSAS*	*EVENTO DE RISCO*	*CONSEQUÊNCIAS*	*CONTROLES CORRETIVOS*

2.2 IDENTIFICAÇÃO DE EVENTOS DE RISCO PECULIARES À ESTA CONTRATAÇÃO

CONTROLES PREVENTIVOS	*CAUSAS*	*EVENTO DE RISCO*	*CONSEQUÊNCIAS*	*CONTROLES CORRETIVOS*
Estabelecimento de SLA com exigência de alta disponibilidade (mínimo 99,5%). Monitoramento contínuo do serviço	Falhas técnicas na infraestrutura do Serpro ou incidentes não previstos.	Indisponibilidade do serviço ProID.	Interrupção no acesso às identidades digitais e paralisação dos serviços que dependem de validação profissional.	Acionamento imediato do suporte técnico. Implementação de plano de contingência e comunicação aos usuários sobre prazos de normalização.

CONTROLES PREVENTIVOS	*CAUSAS*	*EVENTO DE RISCO*	*CONSEQUÊNCIAS*	*CONTROLES CORRETIVOS*
Exigência de certificações de segurança (ISO 27001), políticas de privacidade e compliance com a LGPD. Auditorias de segurança.	Vulnerabilidades no sistema ou falhas de gestão de dados pessoais.	Vazamento de dados pessoais e sensíveis dos usuários.	Danos à imagem da instituição, sanções legais pela ANPD, exposição de dados pessoais	Investigação do incidente, comunicação aos afetados e às autoridades competentes. Correção das vulnerabilidade

CONTROLES PREVENTIVOS	*CAUSAS*	*EVENTO DE RISCO*	*CONSEQUÊNCIAS*	*CONTROLES CORRETIVOS*
Programa de capacitação e comunicação para os usuários. Criação de FAQs e tutoriais	Resistência dos usuários a mudanças tecnológicas.	Baixa adesão ao uso da identidade digital ProID.	Manutenção de processos manuais e retrabalho, perda de eficiência operacional.	Reforço de treinamentos, canais de suporte direto, campanhas de comunicação para estímulo à adoção.

CONTROLES PREVENTIVOS	*CAUSAS*	*EVENTO DE RISCO*	*CONSEQUÊNCIAS*	*CONTROLES CORRETIVOS*
Inclusão de cláusulas de portabilidade de dados e documentação técnica no contrato. Monitoramento do mercado para avaliar novas soluções.	Dependência tecnológica de fornecedor único (lock-in).	Impossibilidade ou dificuldade de migrar para outra solução após o fim do contrato.	Aumento de custos e riscos de interrupção dos serviços digitais.	Elaboração de plano de transição para outros fornecedores. Negociação para extensão de serviços no curto prazo, se necessário.

3- ANÁLISE/AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE RISCO DOS EVENTOS

Considerando os controles existentes, para cada evento de risco listado no item 2, informe:

EVENTO DE RISCO (R1, R2, ETC.)	**PROBABILIDADE*** *DICA: a probabilidade de ocorrência de um evento de risco relaciona-se com a probabilidade de ocorrência de suas CAUSAS (ver item 2).	**IMPACTO*** *DICA: impacto da ocorrência de um evento de risco NOS OBJETIVOS da contratação relaciona-se com a probabilidade de ocorrência de suas CONSEQUÊNCIAS (ver item 2).	**RISCO RESIDUAL (A SER TRATADO)**	**AÇÕES**	**RESPOSTA AO RISCO**
Indisponibilidade do serviço ProID.	2	8	16	***Médio -TRATAR***	Mitigar
Vazamento de dados pessoais e sensíveis dos usuários.	1	8	8	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	Mitigar
Baixa adesão ao uso da identidade digital ProID.	2	5	10	***Médio -TRATAR***	Mitigar

Impossibilidade ou dificuldade de migrar para outra solução após o fim do contrato.	2	5	10	***Médio -TRATAR***	Mitigar
R5 -			0	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	
R6 -			0	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	
R7 -			0	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	
R8 -			0	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	
R9 -			0	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	
R10 -			0	***(Muito)Baixo - MONITORAR***	

4- TRATAMENTO E COMUNICAÇÃO DOS EVENTOS DE RISCO

Considerando os controles existentes, para cada evento de risco listado no item 3, informe:

EVENTO	**AÇÕES DE TRATAMENTO** *(O que pode ser feito para que esse evento de risco não ocorra OU tenha seu impacto minimizado?)*	**PRAZOS DAS AÇÕES** (Quando serão realizadas as ações?)	**COMUNICAÇÃO** *1- Há necessidade de providências de outras unidades?* *2-Como irá se comunicar com essa unidade?* *3-Com qual frequência?*
R1	Indisponibilidade do serviço ProID.	Na execução do contrato	1 - Não 2 - 3 - Elaboração do contrato
R2	Vazamento de dados pessoais e sensíveis dos usuários.	Na execução do contrato	1 - Não 2 - 3 - Elaboração do contrato
R3	Baixa adesão ao uso da identidade digital ProID.	Na execução do contrato	1 - Não 2 - 3 - Elaboração do contrato
R4	Impossibilidade ou dificuldade de migrar para outra solução após o fim do contrato.	No final do contrato.	
R5			
R6			
R7			
R8			
R9			
R10			

COGELIC - SGA - TRE/BA